

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA Nº 14/2015**

3 **DATA: 25 de Junho de 2015**

4 Aos vinte cinco dias do mês de junho de dois mil e quinze, às 18h30min, no Auditório
5 da Secretaria Municipal de Saúde, situado no térreo da Av. João Pessoa, 325, nesta
6 Capital, reuniu-se, em sessão extraordinária do Plenário, o Conselho Municipal de
7 Saúde de Porto Alegre – CMS/POA. **Abertura: A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
8 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Eu, Djanira Corrêa da
9 Conceição, no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis nº 8.080 e nº
10 8.142/90, pela Lei Complementar nº 277/92, pela Lei Orgânica do Município de Porto
11 Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho,
12 aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão extraordinária do Plenário do dia
13 **25 de junho de 2015. Faltas Justificadas:** 01)Alexander Lopes da Cunha; 02)Ana
14 Carla Andrade Vieira; 03)Luiz Airton da Silva; 04)Maria Angélica Mello Machado;
15 05)Roberta Alvarenga Reis; 06)Tânia Ledi da Luz Ruchinsque. **Conselheiros Titulares**
16 **presentes:** 01)Alberto Moura Terres; 02)Alcides Pozzobon; 03)André Ângelo Behle;
17 04)Andrea Troller Pinto; 05)Antônio Augusto Oleinik Garbin; 06)Antônio Ildo Baltazar;
18 07)Carlos Eduardo Sommer; 08)Djanira Corrêa da Conceição; 09)Eduardo Karolczak;
19 10)Eduardo Luis Zardo; 11)Fernando Ritter; 12)Gilmar Campos; 13)Jairo Francisco
20 Tessari; 14)Jandira Roehrs Santana; 15)João Alne Schamann Farias; 16)Júlia Backes;
21 17)Jussara Barbeitos Giudice; 18)Liane Terezinha de Araujo Oliveira; 19)Luís Antônio
22 Mattia; 20)Maria Letícia de Oliveira Garcia; 21)Masurquede de Azevedo Coimbra;
23 22)Mirtha da Rosa Zenker; 23)Paulo Goulart dos Santos; 24)Rosa Helena Cavalheiro
24 Mendes; 25)Salete Camerini; 26)Valdemar de Jesus da Silva; 27)Vera Maria Rodrigues
25 da Silva; 28)Vivian Vera Pacheco. **Conselheiros Suplentes presentes:** 01)Francisco
26 dos Santos; 02)Ireno de Farias; 03)Ivete Regina Cicconet Dornelles; 04)Márcia Maria
27 Teixeira; 05)Vania Maria Frantz; 06)Vera Lúcia Trevisol. Quero agradecer aos alunos
28 da Escola Pública que estão aqui. Obrigada. A pauta hoje é **Pauta: Recursos do**
29 **Murialdo.** Hoje não temos informes. Mirtha, tu que vais fazer a apresentação? Nós
30 vamos fazer um histórico do Murialdo. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA**
31 **GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Boa
32 noite a todos. A ideia de fazermos esta introdução, como nos referimos na reunião
33 anterior, temos falado a respeito disto, da forma como a gente tem se manifestado,
34 especialmente pelas manifestações que os representantes do Murialdo, de onde fica o
35 Centro de Saúde do Distrito Partenon têm se referido à luta que foi empreendida há
36 muitos anos pelo processo de municipalização do Murialdo. Então, especialmente, nos
37 últimos anos, de 2008 e 2009, principalmente em 2008, esta luta foi intensificada e
38 muito em função de que existia na época uma desassistência, de um lado nós
39 tínhamos a comunidade que não tinha acesso ao serviço de saúde, porque tinha
40 condições precaríssimas. Do outro lado, os trabalhadores que tinham seus trabalhos
41 precaríssimos também, do mesmo modo. Então, a comunidade do Partenon, o
42 Conselho Distrital e a organização da comunidade entenderam por bem, fazer uma
43 série de movimentos, que chamava a imprensa, que organizava a comunidade da
44 região, que chamava a atenção da cidade para aquele local. Então, a gente fez um
45 encadeamento de fatos, que a gente chama de – *entenda o caso*. Ele tem início em
46 20/05/2008, quando a comunidade e os trabalhadores realizaram um ato público em
47 frente ao Centro de Saúde Escola Murialdo, solicitando a construção de um prédio
48 novo para a UBS São José, a municipalização da unidade central e dos demais 07
49 postos de saúde do Murialdo e a criação de mais novos postos com estratégia de
50 saúde da família. Isto foi um grande movimento ocorrido lá no centro de saúde e onde
51 a comunidade fez manifestações, trancou a Av. Bento Gonçalves. No dia 20/05/2008,
52 também, a Comissão de Intergestores Bipartite, a CIB RS, aprova o termo de
53 compromisso para a gestão compartilhada das unidades do Centro de Saúde Escola

54 Murialdo. Em 17/07/2008 os trabalhadores entregam ao Conselho Municipal de Saúde
55 a súmula de propostas para a reestruturação do Centro de Saúde Escola Murialdo. E
56 no dia 21/07/2008 o Conselho Municipal de Saúde entrega ao Ministério Público
57 solicitação de encaminhamento de proposta de municipalização existente, com
58 definição de prazos e recursos disponibilizados, efetivamente, para que a população da
59 região Partenon pudesse contar com os serviços de Atenção Básica que tinha direito.
60 Em 24/07/2008 o Ministério Público Estadual ingressa em juízo com a ação civil pública
61 requerendo antecipação de tutela para que o estado do Rio Grande do Sul e o
62 Município de Porto Alegre procedam a gestão compartilhada do centro de Saúde
63 Murialdo. Então, o Ministério Público faz esta ação civil pública, liminarmente,
64 solicitando a municipalização do Murialdo de fato. Em 31/07/2008, a comunidade da
65 região do Murialdo realiza ato público com entrega de carta aberta à população,
66 esclarecendo os motivos da paralisação dos servidores no período de 16 a 29/07/2008.
67 Os trabalhadores, então, paralisaram, estavam em greve. No dia 28/08/2008 o
68 Conselho Municipal de Saúde entrega documento ao Dr. Antônio Alves de Souza,
69 Secretário de Gestão Participativa do Ministério da Saúde, solicitando a sua
70 intermediação para encaminhamento satisfatório para o impasse criado no processo de
71 municipalização do Murialdo. Então, tivemos a visita aqui do Dr. Antônio Alves e nos
72 manifestamos neste sentido. No dia 1º/09/2008, então, o Ministério da Saúde emite um
73 parecer técnico propondo a realização de reunião envolvendo instâncias, com o
74 Conselho Nacional de Saúde, o CONASS, com o CONASEMS, que é o Conselho
75 Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, o Conselho Nacional, secretários
76 municipais de saúde, gestores municipal e estadual, Rio Grande do Sul e Porto Alegre,
77 a fim de usar uma alternativa consensual para a questão. No dia 02/10/2008 o
78 Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul emite resolução solicitando que o
79 Ministério da Saúde providencie a municipalização da Atenção Básica do Centro de
80 Saúde Escola Murialdo. Em 08/09/2008, a realização de uma audiência pública na
81 Câmara de Vereadores de Porto Alegre para discutir a assistência básica de saúde do
82 Bairro Partenon e as condições de atendimento, trabalho e ensino do centro de saúde
83 Escola Murialdo. Em 10/10/2008, então, o Secretário de Saúde do Estado do Rio
84 Grande do Sul e do Município de Porto Alegre assinam o termo de compromisso, que
85 tem por objeto promover a gestão compartilhada com o Centro de Saúde Escola
86 Murialdo. Então, em outubro eles definem fazer o acordo. Em 19/01/2009, o Secretário
87 da Saúde do Estado e do município de Porto Alegre assinam o termo de
88 municipalização das unidades do centro de Saúde Escola Murialdo. Aquelas fotos ali
89 que estão passando foi de um movimento do dia em que esta comunidade se
90 organizou e que a Nira, que vocês lembram que falou naquele dia aqui no Conselho,
91 onde disse que a população veio a pé, desde a frente do Murialdo até aqui na frente da
92 Secretaria. Encontraram também a organização do Movimento Internacional pela
93 Saúde dos Povos, que fazia uma atividade aqui em Porto Alegre. Então, unidos a esta
94 manifestação por melhores condições de saúde se fez um ato público aqui na frente da
95 Secretaria, solicitando esta municipalização. Foi um ato diferente, muito importante e a
96 gente considera, porque foi bem próximo a esta assinatura, que esta manifestação foi
97 definidora. Ali está a Dona Eliane, a quem ela se referiu, coordenadora do Conselho
98 Distrital, que foi uma pessoa que se envolveu barbaramente em todo este processo.
99 Então, reivindicando a melhoria das unidades de saúde. Então, todas as comunidades
100 presentes representando a Cidade, que se fazem representar pelos conselhos distritais
101 se manifestaram. A gente teve toda uma articulação com as entidades que compõem
102 aqui o Conselho. Ali a faixa do SINDISAÚDE, o carro do SIMPA. Então, todos os
103 trabalhadores de alguma forma contribuíram para que este movimento tivesse êxito e
104 produzisse aquilo que todos desejavam, que era a municipalização do Murialdo. Por
105 isto esta forma de contextualizar todo este processo e toda a fala das pessoas que aqui
106 vieram e não aceitaram a forma como foi encaminhada a utilização dos recursos do

107 Murialdo. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
108 **Coordenadora do CMS/POA:** Eu pedi para a Letícia fazer este histórico porque na
109 época ela era a Coordenadora do Conselho. Então, ela tem esta bagagem, este
110 conhecimento e eu pedi para ela fazer. Ela sabe o que aconteceu, ela sabe como foi
111 feito. Agora vou passar para a Mirtha, que vai continuar. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
112 **ZENKER – Associação Cultural dos Terapeutas Ocupacionais do Rio Grande do**
113 **Sul e Vice Coordenadora CMS/POA: Boa noite a todos. Com os** materiais que a
114 Secretaria Municipal de Saúde trouxe de dados sobre o Murialdo, a gente organizou
115 um documento para vocês entenderem um pouquinho, para esclarecer a plenária
116 esses valores que estamos falando. Então, teve o termo de municipalização em 2009.
117 Em 2009 teve um repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de
118 Saúde de R\$ 2.100.000,00. Em 2014 foi feito o restante do repasse, em várias parcelas
119 de R\$ 16.500.000,00... Ah não, uma parcela só. Então, o Secretário está me corrigindo,
120 foi em uma parcela só de R\$ 16.500.000,00, que deu o total de R\$ 18.600.000,00. Isto
121 nos foi fornecido quando questionamos qual o valor que estava sendo falado. Então, foi
122 descrito o material que foi investido no Murialdo. Investimentos realizados de 2009 a
123 2014, *item 01 – aquisição de material de construção: R\$ 86.672,99; item 02 – reformas*
124 *através de licitação: R\$ 439.535,32; item 03 – aquisição de terrenos: R\$ 634.422,28;*
125 *item 04 – alugueis: R\$ 446.127,05; item 05 – instalação de alarme: R\$ 9.578,00; item*
126 *06 – instalação de rede de proteção contra pombos: R\$ 7.850,00; item 07 – compra de*
127 *material permanente: R\$ 649.109,01. Total: R\$ 2.273.294,65.* Considerando que a
128 SMS recebeu em 2009 R\$ 2.100.000,00, a maior parte dos Investimentos foi executada
129 com recursos advindos do Fundo Estadual da Saúde. Considerando que os recursos
130 ficaram depositados em conta, com rendimentos financeiros, estes somaram um total
131 de: 2009 - R\$ 43.382,90; 2010 - R\$ 127.653,67; 2011 - R\$ 91.231,06; 2012 - R\$
132 22.481,50; 2013 - R\$ 8.829,00 e em 2014 - R\$ 42.862,43. Total: R\$ 336.440,56.
133 Conclui-se que a Secretaria Municipal, portanto, não utilizou recursos próprios para a
134 execução dos itens acima descritos. A Secretaria Municipal de Saúde informa a
135 utilização de R\$ 16.327.186,07 para o custeio da folha de pessoal. Sobre essas
136 despesas cabe ponderar que os recursos acordados no termo de municipalização,
137 mesmo não tendo sido elaborado plano de aplicação na época, tiveram sempre a
138 prioridade de investimentos na estrutura física das unidades. Se não fosse assim, toda
139 a rede municipalizada deveria ter recebido recurso para o custeio dos trabalhadores.
140 No entanto, apenas a municipalização deste serviço foi contemplada com recursos
141 específicos, condição imposta pelo Secretário e Prefeito da época, alegando a
142 impossibilidade de recuperar com recursos próprios as estruturas físicas existentes. Em
143 reunião da CIB do Rio Grande do Sul, em 14/05/2008, há registros e questionamentos
144 naquele Fórum sobre a destinação de recursos para Porto Alegre assumir a gestão do
145 complexo do Murialdo. A justificativa apresentada na época era em virtude de ter
146 estruturas que necessitavam de aportes para serem colocados à disposição da
147 formação de profissionais para todo o Estado. As demandas de investimento em
148 infraestrutura existentes e aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Conselho
149 Municipal de Saúde, que consta na planilha de obras contemplam: Centro de Saúde
150 Murialdo, a previsão de reforma com recursos de convênio com o Ministério da Saúde.
151 Este serviço já foi reformado e com recurso da municipalização em 2010. USF Vargas,
152 necessidade de construção de novo prédio, funciona em local alugado, precário. USF
153 Santo Alfredo, prevista a construção de novo prédio, pois o serviço funciona em prédio
154 locado e é uma demanda de 2007. Isto foi uma planilha de obras construída com o
155 Conselho Distrital. USF Ernesto Araujo, prevista a construção de novo prédio. UBS
156 Ceres, prevista a construção de novo prédio, já há terreno identificado, é uma demanda
157 de 2007. UBS São Miguel, prevista a reforma, demanda de 2007. USF Campo da Tuca,
158 prevista a construção de novo prédio, demanda de 2007, há projeto arquitetônico
159 concluído pela ASSEPRO da Secretaria Municipal de Saúde. USF Morro da Cruz,

160 prevista a construção de novo prédio, bem como da reforma emergencial enquanto se
161 aguarda a liberação da obra definitiva. Então, de acordo com a estimativa da
162 ASSEPRO, da Secretaria Municipal de Saúde, o valor orçamentário médio da
163 construção de unidades de saúde tem correspondido a R\$ 2 milhões. Considerando um
164 projeto padrão com os equipamentos básicos. Avalia-se, portanto, que os recursos
165 depositados pelo Governo Estadual, na conta do Fundo Municipal de Saúde, que serão
166 aplicados os rendimentos financeiros podem cobrir as necessidades estruturais
167 daquela região. Então, este é um documento que o Conselho Municipal traz para a
168 plenária para poder estar subsidiando esta discussão do Murialdo. **A SRA. DJANIRA**
169 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Passa
170 para o Secretário. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
171 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Boa noite a todos. A partir desta apresentação
172 vai ficar mais curta a nossa apresentação aqui. Em virtude do que já foi apresentado,
173 da questão da municipalização dos recursos, o objetivo desta apresentação é mostrar
174 onde o dinheiro foi investido e depois a gente discutir o que vamos fazer para tentar
175 resolver este impasse aí. Bom, as melhorias com a municipalização, além daquele
176 quantitativo ali de obras que foram colocadas, vou falar mais qualitativamente o que de
177 fato aconteceu em virtude do que já foi apresentado. Então, é importante dizer que com
178 o recurso que já foi gasto se deu uma climatização das unidades de saúde, aquisição
179 de mobiliário, equipamentos, estrutura predial reformada. Não foi como a gente queria,
180 mas possibilitou uma melhor condição se comparado com a condição que se
181 encontrava anteriormente. Foi implantado deste período até este momento 14 equipes
182 de Saúde da Família, estamos no processo de mais uma implantação, que é na São
183 Miguel. Descentralização do atendimento odontológico, a implantação de 05 Equipes
184 de Saúde Bucal, que não tinha na época. Adequação do horário de funcionamento das
185 unidades. O fortalecimento do controle social, o conselho local em todas as Unidades
186 Básicas de Saúde. A implantação do serviço de ecografia. A diminuição da mortalidade
187 infantil no distrito e implantação do acolhimento. Então, algumas coisas qualitativas em
188 virtude desta municipalização e aquilo que foi colocado na questão financeira, onde foi
189 investido. Bom, em relação à ampliação das equipes, é importante a gente enumerar
190 algumas coisas, no quantitativo das consultas médicas, de 2009 até 2014 nós
191 passamos de um número anual de 38.011 consultas para 50.818 em 2014, em função
192 de todas essas melhorias e o dinheiro investido nesta região. Com relação às consultas
193 de enfermagem, eu acho significativo o avanço que teve na região, que em 2009 a
194 gente tinha, aproximadamente, 2 mil, 2.975 consultas de enfermagem, a gente passou
195 para 24.261 consultas de enfermagem na Atenção Básica. Além da questão da
196 ambiência, que foi melhorada, de equipamentos e materiais que foram comprados,
197 também foram colocados recursos humanos, que possibilitou esta melhoria da
198 condição de atendimento na região. Com relação a número de visitas domiciliares de
199 agentes comunitários de saúde, a gente passa, em 2009, de um quantitativo de 3.645
200 para 14.778 visitas domiciliares. Aqui são alguns dados importantes da região em
201 virtude da municipalização e a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde na
202 gestão deste processo. E é importante a gente fazer um comparativo, comparando a
203 taxa de mortalidade infantil, sabendo toda a questão de vulnerabilidade e condição que
204 se encontra aquela região e aquela área ali no distrito sanitário Partenon. A gente
205 chega a 7,6 óbitos em crianças menores de 01 ano para cada 1.000 nascidos vivos. Se
206 comparado a Porto Alegre, que já tem um valor bastante positivo, a gente está
207 tentando cada vez mais melhorar através dos nossos processos e ampliação da nossa
208 rede de Atenção Básica e a média e alta complexidade, ela chega a superar o
209 alcançado por Porto Alegre, que é 9,2 para 7,6. Então, significativamente, este é um
210 dado, um indicador extremamente importante de qualidade de Atenção Básica que se
211 proporcionou naquela região. Em relação aos materiais, quanto foi investido, não vou
212 repetir, é o mesmo número que foi passado anteriormente. Então, do primeiro recurso

213 de R\$ 2.100.000,00 foram investidos R\$ 2.273.000,00 nessas obras aí. Na aplicação
214 dos recursos de 2014, que é extremamente importante para nós, que é a situação que
215 mais a gente vai discutir aqui. Dos R\$ 16.500.000,00 que chegou no ano passado a
216 gente fez a aquisição de material farmacológico para a Atenção Básica de todo o
217 Município de Porto Alegre, em um quantitativo de R\$ 9.423.917,23, em compra de
218 medicamento. Aquisição de insumos, curativos, limpeza e etc., foram R\$ 1.232.436,00.
219 Desenvolvimento de ações na Atenção Básica R\$ 34.258,00. Tudo isto dá para
220 detalhar, cada um deles. Contrato com o IMESF para o desenvolvimento de ações da
221 Atenção Básica R\$ 117.126,25. Administração com pessoal também, que a gente
222 coloca dentro do IMESF, R\$ 197.361,20. Totalizando dos R\$ 16.500.000,00, o que foi
223 gasto, porque acho que não há dúvida em relação aos R\$ 2.100.000,00, hoje nós
224 temos um saldo de R\$ 5.494.870,82 desses R\$ 16.500.000,00. Na medida em que a
225 gente foi se apropriando disto aí a determinação foi de que o dinheiro não fosse mais
226 usado para subsidiar qualquer outra ação, até que a gente retome aquilo que foi
227 acordado naquele período. Então, o que nós temos de saldo é isto. É importante dizer
228 por que foi usado isto, já falei a vocês porque foi usado este recurso, no contexto dos
229 recursos devidos do Estado, que contava no ano passado só de hospitais R\$
230 3.357.000,00, que fez com que nós do recurso da média e alta complexidade ficasse
231 em déficit todo o mês. E com relação à Atenção Básica, tendo um trabalho bastante
232 intenso, feito especialmente pelas gerências distritais para a gente ter equipes, ampliar
233 o número de equipes, contratação de pessoal, a gente estava esperando a partir de
234 tudo que o Governo Estadual no ano passado prometeu, através de incentivos
235 financeiros para a Atenção Básica, mas R\$ 12.220.991,00 deixaram de entrar na conta
236 do Fundo Municipal de Saúde, totalizando uma dívida, só do ano passado, de R\$ 25
237 milhões. Em virtude disto, naquele momento, a decisão era uma escolha de Sofia e era
238 o recurso que tinha disponível e maior parte do recurso foi destinado para a compra de
239 medicamentos. Foi o que possibilitou a gente a não ter uma perda maior na questão de
240 não disponibilização de medicamentos. Esta é a justificativa, é este o valor que foi
241 repassado. Tem duas questões aqui, uma é o que foi discutido aqui no Conselho, que
242 são as prioridades e também tem uma prioridade definida por uma comissão que foi
243 montada. Não é, Vânia? Tu poderias falar sobre a comissão. **A SRA. VÂNIA –**
244 **Atenção Básica:** Eu estava na condição de Gerente Distrital e lá se montou uma
245 comissão representada por todas as unidades, com a participação do Conselho
246 Municipal e o Distrital. Naquele momento se tirou algumas prioridades que foram
247 baseadas do ponto de vista da necessidade epidemiológica e também de algumas
248 viabilidades possíveis. Então, ficou definida como prioridade número um a construção
249 da Unidade de Saúde Campo da Tuca, que está em uma casa alugada, a mesma casa
250 da ocasião da municipalização, com um custo de aluguel, composta por três equipes
251 mais a Equipe de Saúde Bucal. O terreno destinado para a construção é conhecido
252 como Terminal Alameda, que é um terreno público municipal e está em uma reserva
253 para a Secretaria Municipal de Saúde. O projeto arquitetônico está concluído e está
254 dentro das condições necessárias para poderem finalizar o projeto e ir para a licitação.
255 A previsão desta obra é de R\$ 2.300.000,00, com mobília nova, com toda a condição
256 adequada. A segunda prioridade determinada foi a Unidade de Saúde Primavera, que
257 fica na região da Vila Vargas, que a Rosa até apontou, é um imóvel próprio que foi
258 cedido pelo Estado, mas é muito pequeno. Foi feito tudo que era possível em termos
259 de melhorias de estrutura, mas é extremamente pequeno, com apenas três
260 consultórios e não tem consultório odontológico. Aqui está, inclusive, o Dr. Eduardo,
261 que foi quem implantou o trabalho de odontologia mesmo sem ter o consultório,
262 fazendo atendimento na cadeira da UBS São José, que também foi uma das grandes
263 batalhas do Partenon e foi entregue em 2012. Então, a Unidade Primavera foi elencada
264 como a segunda prioridade, porque ela já tem um terreno que foi adquirido com o
265 dinheiro da municipalização e é uma das áreas de maior vulnerabilidade de serviço e

266 do ponto de vista social também. Então, o terreno está ok e o projeto arquitetônico
267 iniciou a elaboração pela ASSEPRO. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário**
268 **Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** A partir do exposto,
269 considerando o que foi acordado no início da municipalização e a dificuldade que a
270 gente se encontra, nós fizemos uma proposta, que com o recurso que a gente tem,
271 onde determinamos o não uso do recurso que tem em saldo hoje, a proposta é que a
272 gente inicie imediatamente essas duas obras, ou a gente discute outras prioridades. Eu
273 acho importante a gente juntar o que foi discutido com o Conselho Municipal de Saúde,
274 com esta comissão, lembrando que nós temos que pensar também naquilo que é viável
275 fazer o mais rápido possível. Então, é fazer a construção da Unidade de Saúde do
276 Campo da Tuca, que é a mais rápida de todas, mas todas as outras vão abaixo desta.
277 A segunda que tem mais agilidade para a gente fazer e usar este recurso é a
278 Primavera, que vai suprir a necessidade da Vila Vargas e iniciar também o projeto da
279 Unidade Santo Alfredo. A gente vai tentar, estamos na luta para rever esses valores,
280 porque no momento a gente não tem como repor este valor. A gente sabe que este
281 valor é para aquela região, por necessidade a gente usou o recurso, está
282 documentado, justificado. O nosso compromisso é de tentar repor na medida do
283 possível este valor para essas obras. Não tem como chegar e aplicar os R\$ 11 milhões
284 imediatamente na região. Então, a nossa sugestão é iniciar o processo licitatório do
285 Campo da Tuca, na sequência terminar o projeto da Primavera e fazer o processo
286 licitatório da primavera, iniciar o projeto da Santo Alfredo e se comprometer de rever o
287 dinheiro devido ou outras formas que a gente possa viabilizar recurso financeiro do
288 Município, repondo este recurso para garantir as outras obras da região. Esta é a
289 sugestão que a gente traz para a plenária. **A SRA. VÂNIA – Atenção Básica:** É
290 importante colocar, antes de encerrar, que na ocasião nós tivemos, em 2011, a
291 aprovação de um CAPS I junto à Unidade Campo da Tuca. Naquele momento a verba
292 da municipalização vinha no sentido de recuperar as unidades existentes para viabilizar
293 a unidade básica. Depois se fez a discussão no Conselho Distrital do CAPS I. Então,
294 eu sugeri ao Secretário que a gente não colocasse, embora a gente esteja falando de
295 uma obra no mesmo terreno do Campo da Tuca, que está passando por esta
296 aprovação, nós temos que passar essas etapas todas para poder ir para a licitação.
297 Então, isso às vezes leva alguns meses, mas já está tramitando. Então, o CAPS I seria
298 uma discussão que naquela ocasião da comissão não foi elencado, elencou o Campo
299 da Tuca enquanto unidade. Então, também é importante trazer. **O SR. FERNANDO**
300 **RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** O
301 nosso objetivo é aplicar, no momento não tem como, não existe maneira mágica da
302 gente conseguir colocar o recurso de volta para isto, mas vamos fazer todo o esforço
303 para repor. Enquanto isto vamos tocando todos os projetos dessas unidades de saúde,
304 vamos deixar tudo pronto. O compromisso é no mais curto prazo possível, mas é
305 importante enfatizar que ontem nós entramos com uma ação judicial contra o Estado
306 pedindo o bloqueio das contas deles para garantir que façam o pagamento do que eles
307 têm que pagar mensalmente. Não estamos nem cobrando a dívida ainda, estamos
308 vendo juridicamente junto com a Procuradoria Geral do Município uma maneira de
309 cobrar judicialmente as dívidas que o Governo Estadual tem. Estamos em discussão
310 com o Governo do Estado, eles negam, dizem que não tem. Então, estamos estudando
311 com a PGM como vamos fazer esta ação contra o Estado para cobrar esta dívida. Este
312 mês o Governo do estado não pagou nada, já estamos com um espaço de não
313 pagamento de um mês e meio e aí é importante a gente enfatizar que tem um valor
314 extremamente importante para a Atenção Básica, que é o PIES da Atenção Básica,
315 que é, aproximadamente, R\$ 900 mil/mês, que é um valor por habitante ano, mais os
316 incentivos das equipes, mais as habilitações, mais tudo aquilo que o Governo anterior
317 tinha prometido, que também não conseguiu cumprir e neste aqui colocou na dívida
318 ativa do Governo do Estado e nós vamos tentar na justiça repor. A intenção é repor na

319 medida do possível. Era isto. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
320 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Obrigada, Secretário. Eu digo ao senhor
321 que me senti neste momento sendo chantageada. Eu quero saber o que foi gasto com
322 o IMESF. Conselho Local de Saúde, o que o senhor gastou lá se não temos nem sala
323 nos conselhos locais. Melhorou o que lá? Conferência não, qualitativamente... **A SRA.**
324 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
325 **CMS/POA:** Teve pagamento de hospital com este dinheiro. E que engraçado, agora
326 que sobraram R\$ 5 milhões o senhor achou como quem traz um doce para nós, já que
327 tirou um monte e agora vai fazer a Primavera. A Primavera tem todas as necessidades
328 e só agora que acharam para fazer com este dinheiro que sobrou? Porque não
329 começaram antes? Olha, fiquei decepcionada agora, porque estão me dando um doce
330 porque gastaram o dinheiro que não era para ser gasto. Então, para não brigarem eu
331 vou contentar, vou fazer, vou começar a obra porque aí eles se acalmam! E me senti
332 duplamente chantageada agora. Se tem toda a necessidade que vocês estão dizendo,
333 sabem que o povo está pedindo há horas, em quantas reuniões já fui e agora vão fazer
334 a Primavera. Eu gostaria que tivessem começado antes, assim como o Castelo na
335 Restinga, que é uma brincadeira aquilo lá com a gente. Era isto e vou passar para o
336 Masurquede. **O SR. MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA – Sindicato dos**
337 **Farmacêuticos do RS:** Pois é, Senhor Secretário, eu acho que é mais um processo
338 que vai bater lá na minha mão para fazer o depósito daqui uns dias. Eu acho que o
339 senhor está tomando a atitude correta, tem que entrar contra a dívida também. A gente
340 precisa fazer algumas perguntas, a primeira: aqueles R\$ 9 milhões gastos em
341 medicamentos, aquilo foi tudo para o Murialdo ou para todo o Município? **O SR.**
342 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
343 **CMS/POA:** Todo Município. **O SR. MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA –**
344 **Sindicato dos Farmacêuticos do RS:** Então, é a pauta que a gente estava tendo no
345 ano passado. Eu trabalhei com finanças públicas na União e no Estado, por um
346 determinado tempo. Quando um dinheiro chega a um órgão público vem com uma
347 rubrica e uma definição de projeto previamente definido para ser aplicado,
348 exclusivamente, naquilo. Como que a Secretaria conseguiu justificar e aplicar em outra
349 maneira? Isto não é uma crítica, porque, provavelmente, eu tomaria a mesma decisão
350 que o Secretário da época tomou para atender. Só que se esses R\$ 16 milhões caíram
351 na Secretaria no ano passado... Tudo bem, se usou para outro fim é porque era
352 necessário, os fins justificam os meios às vezes; mas os processos que já deveriam ter
353 iniciado precisariam ter alguma coisa efetiva. Talvez a Tuca deveriam ter começado no
354 ano passado e não estar recebendo como um doce agora. A gente deveria ter recebido
355 um doce talvez no ano passado. Em um contexto geral a Secretaria não poderia usar
356 para outro fim sem começar a fazer alguma coisa do que foi previamente decidido.
357 Então, a gente precisa descobrir o que aconteceu, porque foram priorizadas as outras
358 necessidades quando a necessidade real e a decisão do recurso não iniciaram. **A SRA.**
359 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
360 **CMS/POA:** Rosa. **A SRA. ROSA HELENA CAVALHEIRO MENDES – CDS Partenon:**
361 Bom, eu endosso a fala da Djanira. Realmente, eu também fico muito triste, mas já que
362 aconteceu, né, nós temos que fazer com que o barco ande. Quero dizer a respeito da
363 planilha, onde explica sobre a municipalização, o que melhorou, eu devo concordar
364 sim, melhorou bastante. Nós temos várias equipes maravilhosas, boas, atuando bem,
365 mas eles não fazem milagre. Mesmo com a mudança que foi feita nós perdemos de
366 alguma forma os pediatras que atuavam muito bem lá dentro. Nós perdemos o gineco,
367 que atuava e hoje nós não conseguimos fazer com que a pessoa não saia de dentro da
368 vila para buscar ginecologista fora. Não tem como melhorar quando se tem postos
369 pequenos, como caixas de fósforos. Como a Vânia falou, o Primavera foi pedido para
370 ser feito desta forma, porque a população aumentou consideravelmente. Na época da
371 municipalização já tinha esse pedido. Assim como o Vila Vargas, que está pequeno

372 demais para aquela quantidade de pessoas. Eu vou de novo nos R\$ 16 milhões, pode
373 ser menos sim, mas pode ser mais. E aí? Nós temos agentes de saúde agora, nós não
374 tínhamos até, então, os agentes, eles vieram para melhorar e provar que a população
375 aumentou consideravelmente e que aqueles profissionais tão bons que a gente tem
376 nas bases... Não é, Doutor Eduardo, que trabalhava tão bem lá conosco, que fazia a
377 coisa funcionar bem... Não estão dando conta! Estão ficando doentes também! Eu peço
378 que saia daqui, Secretário, já que o senhor veio pronto para fazer este acordo e eu
379 fiquei muito feliz que o senhor fez esta proposta, mas que saia daqui um acordo. Além
380 de fazer o Campo da Tuca e o Primavera para melhorar a qualidade de atendimento
381 daquelas pessoas lá, que ainda não conseguem um bom atendimento, que esses
382 outros postos elencados sejam também buscados os repasses, que seja documentado,
383 que tenha este compromisso de buscar isto, que este dinheiro realmente seja para o
384 uso do que foi buscado realmente. É só isto. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
385 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Terres. **O SR.**
386 **ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** A máxima do
387 Secretário ficou subentendida: peguei o dinheiro, devo, não nego, pago quando puder.
388 Bom, o que nós estamos falando aqui é de financiamento do Sistema Único de Saúde.
389 Nós fizemos todo um debate neste Conselho a respeito da criação do IMESF. Lá em
390 2010 fizemos um enfrentamento e dissemos não ao IMESF. Este Conselho disse não
391 ao Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, que é uma fundação, que é
392 repassar a responsabilidade do Município para uma fundação pública de direito
393 privado. O governo foi lá porque tinha a maioria na Câmara, era decisão do governo, foi
394 lá e aprovou o IMESF com a justificativa de que o IMESF solucionaria o problema da
395 Atenção Básica em Porto Alegre. Esta foi a justificativa colocada lá para aprovar o
396 IMESF. O que o Secretário coloca hoje para nós, a partir do momento que foi retirado o
397 dinheiro que veio do Governo do Estado para o Centro de Saúde do Murialdo, dinheiro
398 público, foi retirado e encaminhado para a Fundação. Se foi retirado este dinheiro que
399 veio do Governo do Estado para esta Fundação chamada IMESF, o secretário está
400 confessando aqui que o IMESF não está funcionando para resolver o problema da
401 Atenção Básica. É uma coisa que nós já sabemos, que a Atenção Básica hoje no
402 Município de Porto Alegre é precaríssima. Inúmeras vezes fizemos o apelo, inclusive,
403 quando o Secretário era vice-Presidente do IMESF, para que viesse aqui, para que o
404 IMESF fizesse prestação de contas a este Conselho, mas até hoje o IMESF não veio
405 prestar contas ao Conselho. E ele era vice-Presidente do IMESF, hoje é Secretário,
406 talvez mude agora, talvez ele resolva agora fazer a prestação de contas do IMESF. Se
407 o IMESF está recebendo dinheiro público, ele está dizendo que não funciona. Se não
408 prestar contas aqui, a primeira coisa que nós temos é que exigir que prestem contas
409 sim de todo o dinheiro que o IMESF está gastando para, em tese, fazer a Atenção
410 Básica no Município. Então, a discussão é outra, porque começou a tirar dinheiro agora
411 para colocar na Fundação e nós não sabemos quanto esta Fundação leva do Fundo
412 Municipal de Saúde, dos programas do Estado, dos programas federais, do Ministério
413 da Saúde, a gente não sabe nada sobre o IMESF. O que sabemos agora é que foi
414 retirado do Murialdo e passado para a Fundação. Então, nós temos que fazer esta
415 discussão sobre financiamento, o que significa discutir o IMESF, discutir a Atenção
416 Básica. Agora, como Secretário de Saúde e ex-vice do IMESF, que faça aparecer para
417 este Conselho aqui... (Sinalização de tempo esgotado). Com certeza, nós vamos
418 encontrar a justificativa porque está sendo transportado, desviado dinheiro para esta
419 Fundação. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
420 **Coordenadora do CMS/POA:** Maria. **A SRA. MARIA:** *(Não se identificou)*. Hoje eu
421 estou muito inspirada para falar, só fiquei decepcionada porque não vai ter o CAPS I no
422 Campo da Tuca, sendo que já foi acordado isto há muito tempo. É uma necessidade
423 para a Região Partenon e nós sabemos que existe uma situação de sofrimento mental
424 infantil. Como as escolas hoje estão, através da inclusão, tendo que incluir várias

425 crianças, é imprescindível, mesmo que seja no Campo da Tuca, conforme já foi
426 combinado, o CAPS I. Nós não temos nem para o leste e nem para o sul um CAPS I
427 naquela região. Quem sabe, conhece, Partenon é um deserto de assistência social,
428 praticamente de saúde também. Realmente, o IMESF não funciona, a gente está tendo
429 a prova porque médico some, não aparece. Todo mundo sabe, faz o concurso, mas
430 nem aparece. Então, muitas vezes, a gente chama o agente de saúde, mas falta
431 médico, falta enfermeira e faltam muitos especialistas na região. Faltou o terceiro turno,
432 que nós esquecemos de cobrar das outras vezes. Teve este acordo naquela época, do
433 terceiro turno no Murialdo, que também não aconteceu. E a gente tem uma frase muito
434 usada no Partenon: o que estava ruim piorou. Isto pegou tanta gente nesses anos, nós
435 tínhamos a esperança deste dinheiro vir com rapidez, porque eram aqueles postos
436 podres, cheios de vazamento, para poderem ser usados. Agora estão se deteriorando
437 novamente. Por exemplo, a prioridade do meu posto, que é a Ceres, eu não sabia que
438 tinha terreno também, que já tem projeto, conforme vi ali. Então, onde vai ser? Quanto
439 vai custar? É isto, não tenho muito que falar. Eu já estou tão cansada deste negócio do
440 Murialdo que só de pensar nisto... Estou de saco cheio! (Sinalização de tempo
441 esgotado). Quero que se resolva logo. Obrigada. **O SR. JOÃO ALNE SCHAMANN**
442 **FARIAS – CDS Partenon:** Olha, me parece que esta solução deve passar pela
443 elaboração de um cronograma físico financeiro. Como foram elencadas as obras e
444 projetos, eu acredito que dentro daquelas prioridades em três unidades, precisa se
445 adquirir os terrenos... Quatro? Quatro terrenos. Gente, quatro áreas físicas não se
446 adquire do dia para a noite. Nós estamos ajudando na busca dessas áreas, mas é
447 bastante difícil, até porque quando se comenta a finalidade os preços começam a subir.
448 Então, é um prazo longo. A própria construção de uma unidade leva tempo. Como esta
449 situação está também no Ministério Público, tenho a impressão que qualquer acordo
450 entre o Murialdo, Conselho Distrital Partenon, Conselho Municipal de Saúde e
451 Secretário Municipal, várias passar no âmbito também do Ministério Público para um
452 novo acordo. Então, um cronograma físico financeiro, programar isto, gente. Se nós
453 temos esses cinco e pouco lá, nós temos que usar este dinheiro, mas este uso será em
454 obras, o que não é do dia para a noite. Então, parece que nós temos que elaborar um
455 cronograma físico financeiro de obras, inclusive, de aquisição de áreas, e projetar isto.
456 Então, este documento tem que ser homologado entre as partes e também no
457 Ministério Público. Não tem saída. Agora, os rendimentos financeiros da aplicação
458 deste recurso nós temos que incluir. Eu acho que o caminho é por aí, é uma opinião
459 minha. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
460 **Coordenadora do CMS/POA:** Alguém mais tem algum questionamento? Jandira e
461 depois Seu Paulo. **A SRA. JANDIRA ROEHRS SANTANA – CDS Partenon:** Eu
462 concordo com a Rosa, eu acho que a nossa população tem aumentado bastante,
463 algumas melhorias sim apareceram. Eu não estive presente em 2007, 2008 e 2009,
464 porque eu entrei em 2011 para trabalhar. Não moro na região, mas reconheço como se
465 fosse a minha segunda morada, porque passo mais tempo lá do que na minha própria
466 casa. Eu trabalho na linha de ponta, sou do IMESF, mas não vem ao caso, não sei
467 como funciona. O Secretário disse que talvez vai trazer aqui como funcionam esses
468 repasses de dinheiro para a Fundação. Eu quero dizer assim, realmente, nós estamos
469 precisando dessas obras, reformas, porque a nossa população precisa. Se existe este
470 dinheiro agora tem que ser usado o quanto antes, antes que surja outro contratempo e
471 o dinheiro tenha que ser usado para mais alguma coisa. E concordo também com o
472 Seu João, quando diz que as outras prioridades, sem ser o Campo da Tuca e o
473 Primavera, que foram elencadas aqui, que sejam respeitadas. Então, que seja
474 colocada alguma data, algum papel, mas que isto fique firmado. É esta a minha opinião
475 e meu olhar. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
476 **Coordenadora do CMS/POA:** Seu Paulo. **O SR. PAULO GOULART DOS SANTOS –**
477 **CDS Noroeste:** Bom, primeiro os meus parabéns a Rosa Helena, porque eu não teria

478 esta tua calma, apesar de que não adianta ficar olhando no retrovisor. Eu te achei
479 muito ponderada, tudo bem. Vou repetir vocês dois, tem que sair um cronograma daqui
480 hoje para gastar esses R\$ 5 milhões. O mau feito já foi realizado. Então, não adianta
481 ficar chorando, vamos sair com um cronograma, vai se construir e seguir o mesmo
482 ritmo para os outros. A Prefeitura vai ter que dar conta desses valores. Fiquei surpreso,
483 eu não sabia que podia desviar por aqui, por ali. Eu na minha burrice achava que vinha
484 como uma rubrica para gastar naquilo ali. Bom, tudo bem. Nós temos que sair com
485 uma decisão daqui, gastar esses R\$ 5 milhões nessas obras. Tu falaste em não sei
486 que ano, o Secretário disse que não, é este ano, se tem dinheiro vamos gastar logo.
487 Obrigado. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
488 **Coordenadora do CMS/POA: André. A SRA. ANDRÉ ÂNGELO BEHLE –**
489 **Associação dos Servidores da SMS:** Boa noite. O que a gente vivencia aqui é um
490 processo onde há delitos no país, representados pelos governos estaduais, federais e
491 municipais, que quebraram o país e agora estão jogando nas costas dos trabalhadores
492 o ônus de sua irresponsabilidade. O que a gente vivencia, a escolha de Sofia, cobertor
493 curto, é um processo que vai mais adiante. No posto que eu trabalho tenho passado a
494 falta de toda a sorte de materiais, inclusive, com a dificuldade de conseguir papel
495 higiênico nos postos de saúde. Tem uma coisa que eu tenho batido muito o martelo
496 aqui, que é uma questão que me grita sempre, que é: como que a gente deixa passar
497 isto? Este Conselho é deliberativo, tem uma importância fundamental na saúde. E o
498 Secretário, uma coisa desta magnitude, milhões, tira da rubrica, transfere para outra e
499 aparece no Conselho depois de ter feito! Isto era para ter vindo antes para ver o que os
500 conselheiros achavam desta atitude. Agora aparece aqui na plenária e é, como bem
501 disse a Djanira, uma chantagem. A meleca foi feita, agora, ou a gente aceita que
502 gastem o dinheiro, ou vai ficar pior do que está. Eu não sei o que vai se aprovar aqui,
503 mas quero deixar registrado o desrespeito do governo com o controle social. Vir aqui
504 fazer música, fazer teatrinho, mas a gente quer discutir, porque a coisa realmente tem
505 peso, faz diferença, tanto para o usuário, quanto para o trabalhador. Depois que a
506 coisa foi feita vir aqui com a maior cara de público dizer... Então, é isto. Nós temos uma
507 conferência marcada e a gente deve saber a importância que tem cada conselheiro
508 aqui. Nós temos o papel de deliberar, não ficar aqui ouvindo desculpas. **A SRA.**
509 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
510 **CMS/POA: Gilmar. O SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro e**
511 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Eu vou falar bem pouquinho, Secretário. Só
512 quero dizer que ao Seu Farias, a Rosa, nós da Lomba do Pinheiro estamos com vocês.
513 Não vou falar mais, porque estou perdendo cada vez mais a minha voz (Rouco,
514 dificuldade de falar). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
515 **Coordenadora do CMS/POA: Liane. A SRA. LIANE TEREZINHA DE ARAÚJO**
516 **OLIVEIRA – CDS Centro e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Boa noite.
517 Concordo plenamente com o que o Seu Farias traz, porque se a gente não sair daqui
518 com um documento com este cronograma, com datas, não vai valer de nada, nem esta
519 plenária. Eu queria trazer também outra sugestão, porque a gente tem que se
520 manifestar em algum documento... Não quero nem dizer o nome do documento, porque
521 eu acho pesado, mas em relação ao nosso descontentamento e a nossa contrariedade
522 em relação ao desvio deste dinheiro, da finalidade deste dinheiro. Temos que sair
523 daqui com um documento, de repente uma moção para a conferência. Concordo com o
524 André, a gente deve usar também a conferência para chamar a atenção em relação a
525 isto. Desejo que esta nova gestão não tenha que ouvir tudo isto de novo no ano que
526 vem. Obrigada. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
527 **Coordenadora do CMS/POA: Mirtha. A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
528 **Associação Cultural dos Terapeutas Ocupacionais do Rio Grande do Sul e Vice**
529 **Coordenadora CMS/POA:** Só para trazer mais um dado para a plenária. Nós
530 encaminhamos este processo, com todos os dados, para o Tribunal de Contas do

531 Estado. Entramos em contato esta semana para saber em que instância está, está
532 encaminhado para a auditoria. O Tribunal de Contas também está se debruçando com
533 esta situação. Então, é mais um dado e até para poder pensar na forma de encaminhar
534 este processo. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
535 **Coordenadora do CMS/POA:** Mais alguém para fazer pergunta? Não? Secretário,
536 pode responder. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
537 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** É como vocês disseram, estamos tentando
538 fazer uma proposta. Djanira, eu queria dizer que em hipótese alguma o objetivo foi de
539 fazer chantagem. Eu não trabalho nesta lógica. O objetivo foi trazer o mais
540 transparente possível, isto foram os técnicos que nos passaram a situação. Eu não
541 farei a mesma coisa e se tiver que fazer alguma coisa a gente vai trazer para cá e fazer
542 a escolha conjunta. Não é fácil, às vezes, fazer escolhas. Então, portanto, o que posso
543 garantir é que este dinheiro está lá, a gente vai continuar com todos os projetos,
544 conforme foi combinado com a comissão. Eu só não tenho como garantir a vocês
545 quando vai ser posto este dinheiro de volta, porque ele foi destinado para outros fins,
546 que são importantes também para a saúde; mas não justifica a gente fazer isto. Com
547 relação ao recurso. O recurso veio para o bloco da Atenção Básica, onde tem a
548 possibilidade de fazer esta movimentação. O Ministério da Saúde e o Governo do
549 Estado concordam com a movimentação. O DENASUS questiona, porque ele vai
550 buscar a origem do recurso. Então, tem toda uma questão que é discutível. Não quero
551 entrar nesta discussão, porque eu acho que não vale a pena, é importante a gente
552 assumir que fizemos isto por uma necessidade. Se nós não tivéssemos tomado esta
553 atitude estaríamos em uma situação ruim naquele momento. Mesmo que a gente
554 quisesse, não íamos gastar os R\$ 16 milhões imediatamente. O compromisso nosso é
555 sim investir e garantir que este dinheiro retorne. Tenho certeza, Rosa, que os
556 trabalhadores fazem milagre muitas vezes, porque é importante salientar que eu e a
557 Vânia viemos de unidades básicas, a gente também sofreu com as condições não tão
558 adequadas. Então, esta é a nossa luta. Eu tenho dito para todo mundo que nós só
559 vamos corrigir a saúde de um município se a gente olhar muito mais do que já foi
560 olhado para a Atenção Básica. Este é o objetivo, mas nós também não podemos
561 esquecer que temos os pronto-atendimentos estourando, os hospitais fechando as
562 portas e as pessoas procurando Porto Alegre, porque se não conseguem em seus
563 municípios eles vêm para cá. Tanto que a gente montou um segmento de trabalho com
564 todas as portas de emergência, com todos os hospitais e pronto-atendimentos para a
565 gente poder fazer um fluxo de organização para nos protegermos. Estamos nos
566 reunindo toda quinta-feira pela manhã, das 10 ao meio dia, aqui neste auditório. É para
567 propormos alguma coisa que possa nos proteger enquanto município. Então, a gente
568 entende e como eu gostaria de chegar aqui e dizer a vocês de forma diferente: “Está
569 aqui o dinheiro”. Eu não tenho como fazer isto, não tenho porque estamos apazando
570 com os prestadores de serviço, estamos apazando de quem a gente compra, estamos
571 pagando em mais de 30 dias, 45, 60, estamos renegociando dívidas. Não é só esta
572 dívida, estamos renegociando todas as dívidas e esta é mais uma que a gente
573 pretende renegociar. Em relação ao dinheiro do IMESF não tem problema, a gente
574 pode trazer aqui quanto foi gasto. Tudo isto é auditado, é 100% público o dinheiro que
575 vai para o IMESF, uma parte é do Fundo Municipal da Saúde e uma parte vem do
576 Município de Porto Alegre. Isto tudo tem como mostrar, está todo justificado, é só a
577 gente organizar e fazer isto aí. A Fundação não tem dinheiro próprio, vem do dinheiro
578 do Município de Porto Alegre e do Fundo Municipal de Saúde, vem do Governo
579 Federal, do Governo Estadual, os incentivos, fixos e variáveis, e é dali que vive a
580 Fundação para manter a sua estrutura e, especialmente, é quase que a totalidade do
581 recurso financeiro hoje, é para pagar recursos humanos. Em relação ao cronograma
582 físico financeiro não tem problema, a gente pode fazer, o que podemos fazer é tocar
583 todas as obras pensadas, porque têm algumas que tem que comprar terreno, outra é

584 fazer o projeto arquitetônico. O que nós podemos fazer é assim: a partir de agora o que
585 vamos fazer o mais rápido possível? O cronograma a gente pode montar com esses
586 R\$ 5.300.000,00. O restante a gente vai trazendo, vendo o que a gente pode ir repondo
587 e trazer para vocês. Se o dinheiro entrar no Município de Porto Alegre, porque todos os
588 municípios estão passando por uma dificuldade imensa, fechando portas, tanto da
589 Atenção Básica, quanto da média e alta complexidade. Eu sugiro uma reunião para a
590 gente colocar este cronograma no papel, detalhado, com números e tudo mais. Vamos
591 tentar fazer um cronograma. Falta a liberação da SMURB, na questão das obras, não
592 é? Do CADAP, depois vai para outro e podemos iniciar o processo licitatório, tentar
593 contratar a empresa que vai fazer a obra. Com relação à Primavera está menos
594 adiantada, a gente vai continuar o projeto e vamos continuar com os projetos. Então,
595 acho que o cronograma a gente pode tentar fazer, pelo menos alguma coisa hoje. A
596 Vânia quer complementar. **A SRA. VÂNIA – Atenção Básica:** Na verdade, só trazer
597 que quando a Rosa apresenta que a população com os agentes tem sido maior, nas
598 unidades que eram do complexo do Murialdo, apenas uma unidade no cadastramento
599 superou o censo, todas as outras foram inferiores ao censo. Eu acho que não mudou
600 isto, a gerente atual está lá, esta é a realidade. Então, a Vila Vargas foi a única que
601 superou o censo, as demais, no cadastramento do agente comunitário, mesmo naquela
602 casa que não frequenta a unidade, mas foi inferior. Então, isto foi uma surpresa, porque
603 eu, particularmente, na ocasião, achava que a gente encontraria uma população maior.
604 Então, é uma coisa para a gente pensar e pensar em 2008 e 2009, quando se definiu a
605 municipalização e definiu o modelo de atenção que se preconizava naquela época, que
606 era a saúde da família, onde não tem pediatra e não tem gineco, tem o médico de
607 família e o enfermeiro, também o dentista. E aí um dado bem importante que a Rosa
608 traz, nós perdemos os pediatras, mas reduzimos enormemente a mortalidade infantil.
609 Então, é só um dado para a gente pensar, do quanto a gente reformou realmente o
610 modelo da Saúde da Família, o quanto tem nos ajudado em dados. A mortalidade
611 infantil a gente escolheu trazer, porque é o que mais marca e era o que a gente
612 enfrentava uma grande dificuldade no Partenon. A Leticia está ali concordando comigo,
613 porque ela conheceu o Partenon muito mais do que eu quando cheguei ali. Eu acho
614 que é um dado que vai além do Murialdo se a gente pensar o quanto a estratégia tem
615 colaborado e porque Porto Alegre vem conseguindo reduzir a sua mortalidade. **A SRA.**
616 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e**
617 **Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Só queria lembrar, até para dialogar com o que
618 o André trouxe em relação ao poder deliberativo do Conselho. Eu acho que a atitude
619 que pelo menos embasou em eu votar pela reprovação do Relatório de Gestão de 2014
620 foi esta ação da Secretaria Municipal. Esta é uma questão. E o Seu João trouxe a
621 questão do orçamento físico financeiro, e eu concordo, só peço que ele detalhe esta
622 proposta para ficar bem clara. Nós já fizemos alguns encaminhamentos, pelo que a
623 Mirtha falou. Então, já foi para o Tribunal de Contas, que é meio que uma
624 consequência da nossa decisão, e já foi para o Ministério. Então, a cobrança em
625 relação a este recurso, tal e qual ele foi repassado, com a finalidade pela qual ele veio,
626 a gente tem que cobrar, tem que ser mantido, independente da posição do Secretário.
627 Eu acho que ele tem os seus motivos, mas nós temos os nossos. A comunidade
628 também tem motivo por motivo, assim como o senhor entrou na justiça contra a
629 Secretaria Estadual de Saúde, nós vamos entrar contra o senhor... **O SR. FERNANDO**
630 **RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:**
631 **Contra a Secretaria. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS**
632 **Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Contra a Secretaria,
633 o senhor a representa. Então, é isto que está dado, os desdobramentos são esses,
634 pode ser que seja a ação civil pública, que é isto que o Ministério Público faz contra a
635 Secretaria, porque gastam o recurso com outra finalidade que não a que foi
636 amplamente requerida na luta da comunidade. E o dinheiro tem que ser o todo, o todo

637 o valor, inclusive, com os recursos que se foram e mais os juros. Bom, aí o cronograma
638 físico financeiro vai dar conta. Nós não gostaríamos e nem queremos esperar que a
639 Secretaria Estadual repasse dinheiro para a gente gastar de novo com o Murialdo. Não,
640 não é isto que a gente quer. A gente vai entrar com uma ação civil pública e o pedido
641 será outro, daí o Prefeito que resolva de onde vai tirar, porque depois de decidido
642 judicialmente, tem que cumprir. Não é assim que funciona? Então, é isto. A gente vê
643 várias obras na Cidade sendo recalculadas e continuam, porque estão aí as obras,
644 paradas há muito tempo. É uma questão de prioridade do Governo Municipal com a
645 saúde da população. É isto que nós temos que cobrar, porque estamos às vésperas da
646 conferência e é isto que a gente tem que lutar. **O SR. JOÃO ALNE SCHAMANN**
647 **FARIAS – CDS Partenon:** Na reunião passada, ao não aprovarmos o relatório de
648 atividades, nós aqui questionamos porque o relatório de atividades apresentado é um
649 relatório de atividades físicas. Não constam, não contemplam, André, também os
650 recursos financeiros. Então, é um aprendizado para todos nós. Um relatório de
651 atividades, para você realizar um objetivo físico e atingir metas e mais metas, se eu
652 gastei tenho que comprovar o gasto. Sou bancário aposentado, mas eu trabalhei dentro
653 da instituição no planejamento. Então, gente, eu acho que para nós é um aprendizado
654 futuro, para qualquer relatório nós temos que ter também dispêndios financeiros. A
655 proposta que eu fiz, eu acho que um cronograma físico financeiro tem que ter o objetivo
656 da realização física da obra, o produto, a aquisição do terreno, por exemplo, com o
657 valor despendido correspondente. Como tem um saldo de R\$ 5 milhões, que está
658 sendo atualizado monetariamente, o saldo remanescente dos R\$ 11 milhões deve ser
659 atualizado paralelamente, afinal, deveria estar sendo atualizado monetariamente sobre
660 o total. É por isto que nós temos que ter calma, sentar com o Conselho, com a
661 comissão de obras do Partenon e com a área técnica para elaborar. É simples, gente.
662 Vamos colocar no papel. Aquilo que nós falamos vamos apresentar, até por uma
663 questão de transparência. Então, é isto aí. Muito obrigado. **O SR. FERNANDO RITTER**
664 **– Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Seguindo a
665 sua sugestão, queria lhe parabenizar pela proposta. Eu concordo, o objetivo nosso foi
666 trazer uma proposta, mas, claro, ela deve ser detalhada, não dá para fazer um
667 cronograma físico financeiro agora, neste momento. A gente tem que sentar e se
668 debruçar. Aí eu proponho de colocar a equipe aqui da Secretaria à disposição do grupo
669 de trabalho, mais o Seu João. Por favor, eu gostaria muito que o senhor estivesse e
670 mais quem o Conselho determinar, porque quem decide é esta plenária, para a gente
671 poder fazer o cronograma. É para a gente começar e gastar pelo menos esses R\$ 5
672 milhões, tentar ver o quanto antes para repor este valor. É uma das coisas que eu
673 gostaria de sair com esta dívida quitada e outras dívidas que a gente está
674 renegociando. Eu não faço promessa que não posso cumprir, dizer que vão ser todas
675 as obras, não posso garantir. Dizer a vocês que até o final do ano que vem vou
676 conseguir botar todo o dinheiro, vou fazer o maior esforço possível, a gente vai tentar
677 fazer o melhor possível para repor e executar o máximo de obras possíveis. Tudo isto
678 passa por trâmites, hoje estou convicto, acho que dá para a gente criar o processo.
679 Então, vou pedir agilidade na obra do Campo da Tuca para licitar este ano, quiçá, a
680 gente começar, mas isto não depende de mim, depende muito mais desta questão, a
681 garantia de que o dinheiro está garantido para fazer estas obras e esta busca. Claro,
682 vamos responder ao Ministério Público, a gente tem feito um trabalho bastante próximo
683 com o Ministério Público de todos os processos que lá estão. Estou todos os dias no
684 Ministério Público para justificar e fazer combinações para aprazar as coisas. Não
685 existe milagre, não tem dinheiro. Bem que eu gostaria que tivesse sido diferente, mas
686 esta é a situação que a gente está. A sugestão é que a gente monte o grupo de
687 trabalho, vai estar a Coordenação da Atenção Básica, vai estar o financeiro da
688 Secretaria Municipal de Saúde, Assessoria de Planejamento, a de projetos também,
689 mais as pessoas que vocês desejarem. Não é um grupo muito grande de trabalho, aí

690 vamos trazer para cá a partir do que estamos propondo aqui. **A SRA. DJANIRA**
691 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Então,
692 pelo que eu entendi, que o Seu Farias pediu, que o Secretário pediu, a gente vai
693 montar um grupo de trabalho com os conselheiros da distrital, os que acompanham a
694 planilha de obras, a Secretaria. Só temos que ter datas. Quando que este grupo pode
695 se reunir? Quando completarem este trabalho tem que trazer e apresentar na plenária,
696 mas mesmo assim nós vamos fazer os encaminhamentos para o Ministério Público e
697 para o Tribunal de Contas. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de**
698 **Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** A Vânia vai tomar frente a isto, até
699 porque ela acompanhou este processo desde o início. Então, ela se compromete de
700 fazer a agenda e marcar tudo isto, trazer e apresentar a vocês. Pode ser? **A SRA.**
701 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
702 **CMS/POA:** Em 30 dias vocês conseguem dar um retorno? **O SR. FERNANDO RITTER**
703 **– Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Com
704 certeza, até antes. A intenção é começar já na semana que vem. A gente vai dar o
705 retorno o mais rápido possível. A Vânia vai assumir a frente deste projeto aí e chamar o
706 pessoal, vocês só precisam definir quem são as pessoas. **A SRA. DJANIRA CORRÊA**
707 **DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Não precisa muito.
708 Vocês acham que precisamos votar? Vamos votar? É a Rosa, o Seu João. Quem
709 acompanha a planilha de obras? (Manifestações da plenária fora do microfone). O Seu
710 João. E tem que ver alguém do Núcleo. Então, em 30 dias. **A SRA. LIANE**
711 **TEREZINHA DE ARAÚJO OLIVEIRA – CDS Centro e Coordenadora Adjunta do**
712 **CMS/POA:** Secretário, só queria que o senhor garantisse que este dinheiro não vai ser
713 mais mexido. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
714 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Hoje os técnicos financeiros desta Secretaria,
715 eles me garantiram que tem este recurso financeiro. Eles são os técnicos responsáveis
716 por isto. Este dinheiro não pode ser mexido, esta é a combinação. Qualquer coisa
717 diferente eu vou trazer para vocês. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO –**
718 **CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Então, em regime de votação, para
719 ficar bem certinho. Todo mundo concorda com este encaminhamento? Sim?
720 (Contagem de votos: 30 votos favoráveis). Quem se abstém? Ninguém. Contrários?
721 Então, APROVADO. Obrigada. O Secretário está apurado, porque a Fernanda está
722 esperando ele em casa para dar mamadeira. Semana que vem temos plenária
723 ordinária. (Encerram-se os trabalhos do plenário às 20h30min).

724

725

726 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**
727 **Coordenadora do CMS/POA**

MIRTHA DA ROSA ZENKER
Vice – Coordenadora do CMS/POA

728

729 **(Ata aprovada na Reunião Ordinária do Plenário do CMS/POA, de 04 de fevereiro**
730 **de 2016.)**

731